

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2023

Concurso Público para o Provimento de Cargos de **Analista Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Que seja livre o que chegar, que seja doce o que ficar e que seja breve o que tiver que ir.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

Aspectos da imigração contemporânea

À medida que cada vez mais pessoas cruzam as mais variadas fronteiras em busca de emprego, segurança e um futuro melhor, a necessidade de confrontar, assimilar ou expulsar estrangeiros cria tensão entre sistemas políticos e identidades coletivas formadas em tempos menos fluidos. Em nenhum lugar o problema é mais agudo que na Europa. A União Europeia foi construída sobre a promessa de transcender as diferenças culturais entre franceses, alemães, espanhóis e gregos. E pode desmoronar devido a sua incapacidade de incluir as diferenças culturais entre europeus e imigrantes da África e do Oriente Médio. Ironicamente, foi, em primeiro lugar, o próprio sucesso da Europa em construir um sistema próspero e multicultural que atraiu tantos imigrantes.

A crescente onda de refugiados e imigrantes provoca reações mistas entre os europeus e desencadeia discussões amargas sobre a identidade e o futuro da Europa. Alguns europeus exigem que a Europa feche seus portões: estarão traindo os ideais multiculturais e de tolerância já aceitos ou só adotando medidas para evitar um desastre de grandes proporções? Outros clamam por uma abertura maior dos portões: estarão sendo fiéis ao cerne dos valores europeus ou serão culpados de sobrecarregar o projeto do continente com expectativas inviáveis?

Discussões desse tipo sobre a imigração degeneram numa gritaria na qual nenhum dos lados ouve o outro. Mas por baixo de todos esses debates espreita uma questão mais fundamental, relativa a como entendemos a cultura humana. Será que entramos no debate sobre imigração com a suposição de que todas as culturas são inerentemente iguais, ou achamos que algumas culturas talvez sejam superiores a outras? Quando os alemães discutem a absorção de um milhão de refugiados sírios, imagina-se que possa haver resistência por quem considere que a cultura alemã é de algum modo melhor que a cultura síria? O fenômeno mundial da imigração põe à prova não apenas a diversidade de valores, mas os preconceitos que podem estar arraigados em cada cultura nacional.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 178-179)

1. A **tensão entre sistemas políticos e identidades coletivas**, referida no primeiro parágrafo, decorre
 - (A) tão somente por conta da incapacidade de assimilar culturas estrangeiras.
 - (B) exclusivamente do confronto dos valores estrangeiros com os nacionais.
 - (C) da difícil escolha entre as opções decisivas que se abrem no processo migratório.
 - (D) sobretudo da catástrofe econômica que o fenômeno migratório traz consigo.
 - (E) em primeiro lugar da falta de alternativas diante do fato consumado da imigração.

2. Constituem uma **causa** e sua **consequência**, respectivamente, as seguintes afirmações expressas no primeiro parágrafo:
 - (A) *cruzam as mais variadas fronteiras / em busca de emprego, segurança e um futuro melhor.*
 - (B) *A União Europeia foi construída / sobre a promessa de transcender as diferenças culturais.*
 - (C) *construir um sistema próspero / Em nenhum lugar o problema é mais agudo.*
 - (D) *incapacidade de incluir as diferenças culturais / pode desmoronar.*
 - (E) *À medida que cada vez mais pessoas / cruzam as mais variadas fronteiras.*

3. Cada uma das duas frases interrogativas do segundo parágrafo expressa, internamente, a
 - (A) convicção de uma premissa e de sua decorrência lógica.
 - (B) relação entre duas hipóteses assemelhadas.
 - (C) conciliação final entre providências divergentes.
 - (D) impossibilidade de qualquer nexos entre duas decisões possíveis.
 - (E) ambiguidade que marca o sentido final de uma decisão.

4. No terceiro parágrafo, a **questão fundamental que espreita por baixo de todos esses debates**
 - (A) é o acordo final a que costumam chegar os debatedores mais lúcidos.
 - (B) está na possibilidade de se aceitar ou se recusar a validade das diversas culturas.
 - (C) não é mais que um falso problema, que acaba por se tornar relevante.
 - (D) consiste em privilegiar tão somente a razão do adversário mais forte.
 - (E) revela-se no preconceito que as culturas superiores cultivam diante das inferiores.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Não decorrerá das diferenças culturais entre europeus e imigrantes o que há de mais problemático nas migrações?
 - (B) A exigência de que os europeus se fechem para impedir os fluxos imigratórios não condizem com os ideais de uma política humanitária.
 - (C) O que importam nesses debates todos são os diversos critérios pelos quais cada cultura pretende se legitimar diante de uma outra.
 - (D) A diversidade de valores e de preconceitos mostram-se sobretudo quando as culturas confrontam seus paradigmas de civilização.
 - (E) A menos que hajam apelos à força e ao domínio físico, não é comum que o sistema de uma cultura apague o de outra.
-
6. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) As reações hostis com que são vítimas os imigrantes constituem um crime contra a humanidade.
 - (B) Os preconceitos culturais aos quais tantos povos que se dizem superiores se nutrem são abomináveis.
 - (C) Os valores por cujos algumas culturas se afirmam podem ser perfeitamente contraditados por outras.
 - (D) Os critérios de valor dos quais algumas civilizações não prescindiram acabaram por se tornar anacrônicos.
 - (E) A diversidade de valores, da qual tantos fazem questão de ignorar, deveria ser vista como natural num mundo globalizado.
-
7. Transpondo-se para a voz **passiva** a frase **O fenômeno mundial da imigração põe à prova a diversidade de valores e os preconceitos**, obtém-se a forma verbal
- (A) são postos à prova
 - (B) provam
 - (C) têm provado
 - (D) terão sido postos à prova
 - (E) provam-se
-
8. É plenamente correta, coesa e coerente a redação da seguinte frase:
- (A) Conquanto hajam divergências de opiniões, não será fácil algum consenso entre os críticos da imigração.
 - (B) Espera-se que se conciliem os interesses divergentes de imigrantes e europeus, a menos que venham se a confrontar uns aos outros.
 - (C) Vem de longa data o debate sobre as consequências da imigração em massa, o que não se espera possam superar tão cedo como está previsto.
 - (D) Em razão de haver preconceitos culturais, há povos que se eximem completamente de considerar os valores próprios de outros povos.
 - (E) Tome-se esta ou aquela decisão diante do fenômeno da imigração, não importa, conseqüentemente ambas podem ser injustas.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 13, baseie-se no texto abaixo.

[Cidades devastadas]

Em vinte anos eliminaram a minha cidade e edificaram uma cidade estranha. Para quem continuou morando lá, a amputação pode ter sido lenta, quase indolor; para mim, foi uma cirurgia de urgência, sem a inconsciência do anestésico.

Enterraram a minha cidade e muito de mim com ela. Por cima de nós construíram casas modernas, arranha-céus, agências bancárias; pintaram tudo, deceparam árvores, demoliram, mudaram fachadas. Como se tivessem o propósito de desorientar-me, de destruir tudo o que me estendia uma ponte entre o que sou e o que fui. Enterraram-me vivo na cidade morta.

Mas, feliz ou infelizmente, ainda não conseguiram soterrar de todo a minha cidade. Vou andando pela paisagem nova, desconhecida, pela paisagem que não me quer e eu não entendo, quando de repente, entre dois prédios hostis, esquecida por enquanto dos zangões imobiliários, surge, intacta e doce, a casa de Maria. Dói também a casa de Maria, mas é uma dor que conheço, íntima e amiga.

Não digo nada a ninguém, disfarço o espanto dessa descoberta para não chamar o empreiteiro das demolições. Ah, se eles, os empreiteiros, soubessem que aqui e ali repontam restos emocionantes da minha cidade em ruínas! Se eles soubessem que aqui e ali vou encontrando passadiços que me permitem cruzar o abismo!

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **Os sabiás da crônica. Antologia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 209-210)

9. A percepção do autor de que eliminaram a sua cidade
- (A) ocorre por conta de um distanciamento gradativo a que a submeteu.
 - (B) expressa-se segundo o processo figurativo de uma personificação dela.
 - (C) mantém-se objetiva do princípio ao fim do texto, sem relativismo possível.
 - (D) decorre da oportunidade de vir a redescobri-la por completo.
 - (E) convence-o de que tudo o que viveu poeticamente naquele espaço foi ilusório.



10. Nos dois parágrafos finais do texto, o cronista ressalta que,
- (A) por conta da destruição de sua cidade, ele passou a imaginar inéditas emoções.
 - (B) em meio a tudo o que foi destruído, encontrou sinais de resiliência diante da devastação.
 - (C) para atender a seus interesses, os empreiteiros preservam aqui e ali vestígios do passado.
 - (D) graças a um antigo amor, recuperou uma visão abrangente de sua cidade perdida.
 - (E) diante de prédios novos, um antigo amor brotou por força da memória imaginativa.
-
11. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *sem a inconsciência do anestésico* (1º parágrafo) = afora a inconsistência do paliativo.
 - (B) *Como se tivessem o propósito* (2º parágrafo) = à medida que agissem deliberadamente.
 - (C) *o que me estendia uma ponte* (2º parágrafo) = o que me facultava tolher.
 - (D) *esquecida por enquanto dos zangões imobiliários* (3º parágrafo) = poupada até agora do furor imobiliário.
 - (E) *aqui e ali repontam restos emocionantes* (4º parágrafo) = alhures recobrem-se vestígios tocantes.
-
12. Está correto o emprego de todas as formas verbais na frase:
- (A) Quem se propor a recuperar a visão de sua cidade natal, municie-se de muita tolerância.
 - (B) Para que se revejem vestígios da nossa antiga cidade, urge alimentar a imaginação.
 - (C) Conter-se-ia nossa decepção caso déssemos, de súbito, com uma casinha poupada?
 - (D) A menos que retêssemos na memória uma imagem fiel, nada escaparia a tal devastação.
 - (E) Ele havia salvo da devastação da cidade alguns vestígios que se mantiveram vivos.
-
13. A remoção da vírgula altera o sentido da seguinte frase:
- (A) Diante do cenário atual de sua querida cidade, o cronista sentiu os efeitos de uma verdadeira devastação.
 - (B) Não é incomum que nos sintamos traídos, quando voltamos a uma paragem antiga e não a reconhecemos.
 - (C) A cada vez que imaginamos haver retido uma imagem fiel, pode suceder que a realidade a apague.
 - (D) Observando o que restou de sua cidade, o cronista encontrou na casa de Maria um vestígio dolorido do passado.
 - (E) Os empreiteiros não se importam com as cidades históricas, que pretendem tornar modernas.

Atenção: Para responder às questões de números 14 a 17, baseie-se no texto abaixo:

No voo da caneta

Numa das cartas ao seu amigo Mário de Andrade, assegurava-lhe o poeta Carlos Drummond de Andrade que era com uma caneta na mão que costumava viver as suas maiores emoções.

Comentando isso numa das minhas aulas de Literatura, atentei para a reação de um jovem aluno: um visível sentimento de piedade por aquele "poeta sitiado e infeliz, homem de gabinete, tímido mineiro que não se atirou à vida" tal como em seguida ele me explicou sua reação.

Não tive como lhe dizer, naquele momento, que entre as tantas formas de se atirar à vida está a de se valer de uma caneta para perseguir poemas e achar as falas humanas mais urgentes e precisas, essenciais para quem as diz, indispensáveis para quem as ouve, vivas para dentro e para além do tempo e do espaço imediatos. Espero que o jovem aluno logo tenha se convencido de que um poeta torna aberto para todos o universo reflexivo de sua intimidade, onde também podemos reconhecer algo da nossa.

(Aldair Rômulo Siqueira, a publicar)

14. A confissão que o poeta Carlos Drummond de Andrade fez numa carta ao seu amigo Mário de Andrade equivale a declarar que
- (A) a poesia afasta o poeta da realidade, e com isso o poupa de sofrer as emoções que o cotidiano infeliz lhe traz.
 - (B) uma caneta na mão de um escritor corresponde à ilusão que um guerreiro tem em relação ao poder de sua arma.
 - (C) a expressão poética pode trazer para quem a cultiva a intensidade emocional das experiências mais bem vividas.
 - (D) a arte da poesia é de tal modo compensatória que nos faz esquecer a qualidade mesma das emoções verdadeiras.
 - (E) aos poetas cabe imaginar um mundo de emoções tão pessoais que elas acabam por se fecharem em si mesmas.



15. Para o jovem aluno de Literatura, a confissão de Drummond ao seu amigo Mário
- (A) trouxe-lhe um impulso de comiseração diante de quem se aliena e foge das experiências reais da vida.
 - (B) pareceu o testemunho de alguém que valoriza cegamente a transcrição das experiências da sua vida.
 - (C) provocou nele um sentimento de insatisfação diante da crença de quem apenas dá valor às paixões mais radicais.
 - (D) soou como uma arrogante declaração de um poeta que julga sua timidez superior à dos outros.
 - (E) perturbou-o a ponto de acusar aqueles poetas que acreditam de fato na eficácia da comunicação verbal.
-

16. **Entre as tantas formas de vida está a de se valer de uma caneta para perseguir poemas.**

A frase acima ganha nova redação, na qual se mantêm seu sentido básico e a correção gramatical, na seguinte versão:

- (A) Muito se pode valer de uma caneta para que se persiga poemas como formas de vida.
 - (B) Vale a pena perseguir com uma caneta aquelas formas de vida que valem como poemas.
 - (C) A procura de poemas com uma caneta assemelha à quem persiga outras formas de vida.
 - (D) Quando se atentam a poemas, uma caneta na mão lhes aproxima das formas de viver.
 - (E) Ir ao enalço de poemas com uma caneta consiste numa das formas possíveis de vida.
-

17. Na frase *um poeta torna aberto para todos o universo reflexivo de sua intimidade*,

- (A) o termo **aberto** qualifica o objeto direto **universo reflexivo**.
 - (B) **sua intimidade** refere-se ao termo **todos**.
 - (C) **para todos** é um exemplo de vocativo.
 - (D) ocorre uma indeterminação do sujeito em **um poeta**.
 - (E) o verbo **tornar** está conjugado na voz passiva.
-

Matemática e Raciocínio Lógico

18. Dora começa a ler um livro de 174 páginas em um domingo. Ela lê 5 páginas por dia exceto aos domingos, quando lê 16 páginas. Para terminar a leitura do livro, que foi feita em dias consecutivos, Dora precisou exatamente de

- (A) 4 sextas-feiras.
 - (B) 5 segundas-feiras.
 - (C) 3 quintas-feiras.
 - (D) 3 sábados.
 - (E) 5 domingos.
-

19. Em um condomínio, as casas são numeradas com números de 4 algarismos. Os dois primeiros identificam a rua e os demais, a casa. Por exemplo, 0315 é o número da casa 15 que fica na rua 03. A numeração das ruas é sequencial, começando com a rua 01, e, em cada rua, a numeração das casas é sequencial, começando com a casa 01. Na rua principal, que é também a rua 01, há 30 casas e nas demais ruas há 20 casas em cada uma. Se o condomínio tem, ao todo, 20 ruas, o número de algarismos 3 necessários para numerar todas as casas é

- (A) 82
 - (B) 80
 - (C) 92
 - (D) 90
 - (E) 100
-



20. Três candidatos A, B e C receberam um total de 400 votos em uma eleição em que 25% dos eleitores era do sexo feminino. Cada um dos três candidatos recebeu $\frac{1}{3}$ do total de votos dos eleitores do sexo masculino. O candidato A recebeu 40% dos votos femininos; o candidato B obteve 10 votos a mais do que o candidato C. O total de votos do candidato menos votado foi:
- (A) 135
(B) 125
(C) 140
(D) 150
(E) 145
-
21. João trabalhou de janeiro a junho do ano X2 em uma empresa e recebeu no período um salário mensal médio de R\$ 8.000,00. Os salários em janeiro e fevereiro foram iguais, mas em março o valor do salário teve um acréscimo de 10%, permanecendo esse valor até junho. O valor do salário de João em janeiro do ano X2 foi de:
- (A) R\$ 7.000,00
(B) R\$ 7.200,00
(C) R\$ 7.700,00
(D) R\$ 7.800,00
(E) R\$ 7.500,00
-
22. Um elevador pode carregar, no máximo, 12 adultos ou, equivalentemente, 20 crianças. O número máximo de crianças que podem subir nesse elevador com 9 adultos é:
- (A) 9
(B) 6
(C) 7
(D) 8
(E) 5
-
23. O dobro do quadrado da metade de um número positivo vale 8. O número é:
- (A) 6
(B) 8
(C) 4
(D) 5
(E) 2
-
24. Seja x um número positivo. Se a média aritmética de $(x + 1)^2$ e $(x - 1)^2$ é igual a 10, então o valor de x é:
- (A) 3
(B) 5
(C) 2
(D) 6
(E) 4
-
25. Sabendo-se que o desvio padrão de X é 9, a variância de $3X + 12$ é:
- (A) 729
(B) 81
(C) 39
(D) 873
(E) 741

**Legislação**

26. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, no caso de vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente assumi-lo-á provisoriamente, cabendo-lhe a convocação de nova eleição, se a vacância ocorrer
- (A) após decorridos dezoito meses do mandato.
 - (B) antes de decorridos dezoito meses do mandato.
 - (C) nos últimos noventa dias do mandato.
 - (D) nos últimos sessenta dias do mandato.
 - (E) nos últimos trinta dias do mandato.
-
27. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, considere os seguintes itens:
- I. processar e julgar ação rescisória.
 - II. processar e julgar conflitos de competência ou de atribuições entre as Varas do Trabalho.
 - III. deliberar sobre remoção e permuta entre Juízes do Trabalho.
 - IV. deliberar sobre transformação de cargos em comissão e funções comissionadas.
- As competências para os itens constantes em I, II, III e IV são, respectivamente:
- (A) das Turmas – do Tribunal Pleno – do Corregedor Regional – e do Corregedor Regional.
 - (B) do Tribunal Pleno – do Corregedor Regional – do Corregedor Regional – e do Tribunal Pleno.
 - (C) do Tribunal Pleno – do Tribunal Pleno – do Tribunal Pleno – e do Corregedor Regional.
 - (D) do Tribunal Pleno – do Tribunal Pleno – do Tribunal Pleno – e do Tribunal Pleno.
 - (E) das Turmas – do Corregedor Regional – do Tribunal Pleno – e do Corregedor Regional.
-
28. O Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região dita que os Desembargadores do Trabalho tomarão posse perante o Tribunal Pleno. Sobre esse regramento,
- (A) não há exceção legal para a tomada de posse pelo Desembargador perante outra autoridade.
 - (B) há exceção legal para que o Desembargador tome posse perante o Vice-Presidente, com posterior referendo pelo Tribunal Pleno.
 - (C) há exceção legal para que o Desembargador tome posse perante o Presidente do Tribunal, com posterior referendo pelo Tribunal Pleno.
 - (D) há exceção legal para que o Desembargador tome posse perante o Presidente do Tribunal, sem a necessidade de posterior referendo pelo Tribunal Pleno.
 - (E) há exceção legal para que o Desembargador tome posse perante o Vice-Presidente, sem a necessidade de posterior referendo pelo Tribunal Pleno.
-
29. A Lei nº 8.112/1990 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais estabelece que
- (A) o gozo dos direitos políticos e a idade mínima de vinte e um anos são requisitos básicos para investidura em cargo público.
 - (B) o direito das pessoas portadoras de deficiência de se inscrever em concurso público para provimento de cargo é absoluto e independe da compatibilidade das atribuições com a deficiência de que são portadoras.
 - (C) a investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
 - (D) a investidura em cargo público independe de aptidão física.
 - (E) a nomeação e a promoção são formas de provimento de cargo público.
-
30. Nos termos constantes da Lei nº 8.112/1990, o retorno à atividade de servidor mediante aproveitamento tem como condição que esse servidor
- (A) esteja em disponibilidade.
 - (B) seja novamente aprovado em concurso público.
 - (C) não tenha sido apenado com advertência.
 - (D) tenha se aposentado.
 - (E) trabalhe em sede diversa do novo cargo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Ronaldo praticou crime de tráfico ilícito de entorpecentes, tendo como mandante seu irmão, Luís. Sabe-se que Carolina poderia ter evitado referido crime, mas se omitiu. Com base apenas nas informações fornecidas, a Constituição Federal impõe à lei considerar o crime mencionado
- (A) afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo.
 - (B) inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.
 - (C) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.
 - (D) afiançável e suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.
 - (E) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.
-
32. Amara é angolana, originária de Angola, país que possui a língua portuguesa como idioma oficial, e reside no Brasil há três anos ininterruptos. Pierre, de nacionalidade francesa, originário, portanto, de país que possui o francês como idioma oficial, reside no Brasil há 17 anos ininterruptos. Desde que preenchidos os demais requisitos, com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, na forma da lei, Amara
- (A) e Pierre não podem se naturalizar brasileiros, pois é exigida residência no Brasil por, no mínimo, 5 anos ininterruptos para os originários de países de língua portuguesa e de mais de 20 anos ininterruptos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade.
 - (B) e Pierre podem se naturalizar brasileiros, pois é exigida residência no Brasil por 1 ano ininterrupto para os originários de países de língua portuguesa e de mais de 15 anos ininterruptos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade.
 - (C) pode se naturalizar brasileira, pois é exigida residência no Brasil por 1 ano ininterrupto para os originários de países de língua portuguesa, mas Pierre não pode se naturalizar brasileiro, pois para os estrangeiros de qualquer nacionalidade é exigida residência no Brasil por mais de 20 anos.
 - (D) não pode se naturalizar brasileira, pois é exigida residência no Brasil por, no mínimo, 5 anos ininterruptos para os originários de países de língua portuguesa, mas Pierre pode se naturalizar brasileiro, pois para os estrangeiros de qualquer nacionalidade é exigida residência no Brasil por mais de 15 anos.
 - (E) e Pierre não podem se naturalizar brasileiros, pois é exigida residência no Brasil por mais de 20 anos ininterruptos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade, sejam, ou não, originários de países de língua portuguesa.
-
33. Leandro, parente consanguíneo de segundo grau de Pedro, que é Governador do estado de Goiás, pretende se candidatar pela primeira vez, nas próximas eleições para Prefeito, ao cargo de Prefeito do município de Goiânia. Por sua vez, Jorge, atual Prefeito de Goiânia, pretende se candidatar ao cargo de Governador do Estado de Goiás, nas próximas eleições para Governador. Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, considerando-se que os demais requisitos foram preenchidos, na situação hipotética descrita, Leandro
- (A) poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois são inelegíveis no território de jurisdição do titular apenas os parentes consanguíneos de primeiro grau do Governador de Estado, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge não poderá se candidatar a Governador do Estado, uma vez que o seu mandato estará ainda vigente.
 - (B) não poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois os parentes consanguíneos até terceiro grau do Governador de Estado são inelegíveis no território de jurisdição do titular, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge somente poderá se candidatar a Governador do Estado se renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito.
 - (C) poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois são inelegíveis no território de jurisdição do titular apenas os parentes consanguíneos de primeiro grau do Governador de Estado, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge somente poderá se candidatar a Governador do Estado se renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito.
 - (D) não poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois os parentes consanguíneos até segundo grau do Governador de Estado são inelegíveis no território de jurisdição do titular, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge somente poderá se candidatar a Governador do Estado se renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito.
 - (E) poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois é inelegível no território de jurisdição do titular apenas o cônjuge do Governador de Estado, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge somente poderá se candidatar a Governador do Estado se renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito.
-
34. Ana é trabalhadora rural. Em conformidade com a Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, são direitos de Ana
- (A) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; fundo de garantia por tempo de serviço; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
 - (B) seguro-desemprego, em caso de desemprego, seja voluntário ou involuntário; fundo de garantia por tempo de serviço; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cem por cento à do normal.
 - (C) seguro-desemprego, em caso de desemprego, seja voluntário ou involuntário; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cem por cento à do normal.
 - (D) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei; fundo de garantia por tempo de serviço; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cem por cento à do normal.
 - (E) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário; remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.



35. Sílvio, servidor público efetivo, deseja exercer função de confiança destinada à atribuição de direção na Administração Pública. Em conformidade com a Constituição Federal, Sílvio
- (A) poderá exercer a referida função de confiança, sendo permitida a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício dessa função à remuneração do cargo efetivo, mas completadas as exigências para a aposentadoria voluntária, se optar por permanecer em atividade, não poderá fazer jus a um abono de permanência até completar a idade para aposentadoria compulsória.
 - (B) não poderá exercer a referida função de confiança, pois as funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de chefia, mas completadas as exigências para a aposentadoria voluntária, se optar por permanecer em atividade, observados os critérios estabelecidos em lei, poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.
 - (C) não poderá exercer a referida função de confiança, pois as funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de assessoramento, e completadas as exigências para a aposentadoria voluntária, se optar por permanecer em atividade, não poderá fazer jus a um abono de permanência até completar a idade para aposentadoria compulsória.
 - (D) poderá exercer a referida função de confiança, sendo permitida a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício dessa função à remuneração do cargo efetivo e, completadas as exigências para a aposentadoria voluntária, se optar por permanecer em atividade, observados os critérios estabelecidos em lei, poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no mínimo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.
 - (E) poderá exercer a referida função de confiança, sendo vedada a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício dessa função à remuneração do cargo efetivo e, completadas as exigências para a aposentadoria voluntária, se optar por permanecer em atividade, observados os critérios estabelecidos em lei, poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.
-
36. Francine, brasileira, 37 anos de idade, é advogada com sete anos de efetiva atividade profissional. Paulo, brasileiro, 55 anos de idade, é membro do Ministério Público do Trabalho com dezessete anos de efetivo exercício. Miriam, brasileira, 42 anos de idade, é juíza do Tribunal Regional do Trabalho de determinada Região, oriunda da magistratura da carreira. Considerando que todos tenham notável saber jurídico e reputação ilibada, com base somente nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal e observado o quanto nela disposto, considerando que foram preenchidos os demais requisitos,
- (A) Miriam, Francine e Paulo podem compor o Tribunal Superior do Trabalho.
 - (B) apenas Miriam e Francine podem compor o Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) apenas Paulo e Francine podem compor o Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) apenas Miriam pode compor o Tribunal Superior do Trabalho.
 - (E) apenas Miriam e Paulo podem compor o Tribunal Superior do Trabalho.
-

Noções de Direito Administrativo

37. Quanto aos atributos e elementos do ato administrativo e respectiva relação com a existência e validade,
- (A) a presunção de legitimidade que informa todos os atos administrativos não afasta a possibilidade de controle judicial em relação a eventuais vícios de legalidade, como no caso de ato proferido por autoridade incompetente.
 - (B) a imperatividade dos atos administrativos enseja medidas de autoexecutoriedade e, em razão da natureza discricionária, não admite controle judicial, apenas autotutela por parte da Administração Pública.
 - (C) a exigibilidade dos atos administrativos guarda relação direta com a forma, estando presente apenas nos atos vinculados que, como tal, encontram todos os seus requisitos de validade elencados na lei.
 - (D) o vício relativo ao motivo, ou seja, quanto aos pressupostos fáticos do ato, pode ser objeto de controle judicial, sem prejuízo da possibilidade de convalidação.
 - (E) o objeto do ato administrativo pode ser discricionário ou vinculado, sendo que somente os atos discricionários que apresentem vícios poderão ser convalidados.
-
38. Um servidor público ocupante de cargo efetivo colidiu, enquanto conduzia viatura oficial, com outro veículo, de passeio, de propriedade e conduzido por particular. Apurados os fatos e as circunstâncias, foi constatado que o servidor estava transitando em velocidade bastante superior à permitida, justificando a conduta na necessidade de cumprir horário agendado para compromisso oficial. Em razão do ocorrido, o servidor
- (A) poderá ser responsabilizado civilmente pelos danos causados na viatura pública e no veículo particular, não se admitindo responsabilidade administrativa concomitante, em razão da natureza dos danos ocorridos.
 - (B) poderá responder por infração disciplinar, sem prejuízo de ser responsabilizado nas esferas criminal e civil, esta última em regresso, não se vislumbrando, pela descrição dos fatos, elemento subjetivo dolo suficiente para caracterização de ato de improbidade.
 - (C) deverá responder disciplinarmente por sua conduta, não se caracterizando responsabilidade civil individual do agente público em razão de se encontrar, o mesmo, em serviço.
 - (D) deverá responder em todas as esferas pela conduta reprovável, civil, criminal, administrativa e de improbidade, esta última na modalidade de ato que causa prejuízo ao erário, que prescinde da demonstração de dolo específico.
 - (E) se submeterá à apuração administrativo-disciplinar, mediante instauração de processo disciplinar, precedido de sindicância, e se demonstrados culpa ou dolo do servidor naquela esfera terá lugar a responsabilização nos âmbitos civil e criminal.
-



39. Iniciado procedimento de licitação para contratação de serviços de engenharia para reforma de imóvel pertencente a ente público, foi constatado que seria mais vantajoso alienar o imóvel e, com o produto da venda, adquirir novo bem, mais adequado às atuais necessidades da Administração Pública.
- Prestando a Administração seguir essa orientação,
- (A) poderá revogar a licitação e dar início a instrução de novo processo, para fins de alienação onerosa do imóvel, o que, nos termos da Lei federal nº 14.133/2021, se dará mediante leilão.
 - (B) deverá anular a licitação em curso, considerando que se alterou o contexto fático que motivava o certame, configurando vício de legalidade, desde que ainda não tenha ocorrido a fase de apresentação de propostas.
 - (C) deverá revogar a licitação, considerando que se alterou o contexto fático que motivava o certame, configurando vício de legalidade, desde que ainda não tenha ocorrido a fase de apresentação de propostas.
 - (D) deverá retificar o edital de licitação para incluir a alternativa de alienação onerosa do imóvel, desde que fique clara a preferência entre os objetos do certame e que, nos termos da Lei federal nº 14.133/2021, siga a modalidade de concorrência.
 - (E) poderá retificar o edital para que o procedimento passe a seguir o rito do diálogo competitivo, permitindo interlocução com os licitantes, a fim de apurar o melhor resultado para a Administração, reforma ou venda, evitando o risco de se verificar licitação deserta para uma ou outra situação.
-
40. A secretaria de saúde de determinado município celebrou, mediante prévio procedimento de licitação sob a égide da Lei federal nº 8.666/1993, contrato de fornecimento mensal de medicamentos para distribuição para a população cadastrada pelo órgão. Decorridos 12 meses do início da execução do contrato, foi atualizado o cadastro do órgão, constatando-se incremento do número de munícipes que se habilitariam para o benefício. Em razão disso, a Administração Pública
- (A) poderá aditar o contrato de fornecimento vigente, mediante ampliação do objeto contratado, para acréscimo quantitativo de medicamentos, sem prejuízo da possibilidade de inclusão de novos medicamentos, observado o limite de 50% para majoração do valor total contratado.
 - (B) não poderá alterar, para fins de majoração, o contrato firmado, tendo em vista que a legislação admite apenas a supressão parcial do objeto por ato unilateral da Administração.
 - (C) poderá alterar unilateralmente o contrato, para ampliação quantitativa do objeto, observado o limite de 25% de seu valor, prescindindo da concordância do contratado.
 - (D) deverá realizar nova licitação, para a qual poderá concorrer o atual contratado, tendo em vista que a alteração do contrato em vigência dependeria de concordância do fornecedor, o que não garantiria o menor preço para a Administração.
 - (E) poderá aditar o contrato para ampliação quantitativa do objeto, observado o limite de 50% de seu valor, prescindindo da concordância do contratado, tendo em vista que não se trata de alteração da natureza do objeto.
-
41. Dentre as formas de provimento dos cargos públicos, nos termos do que prevê a Lei federal nº 8.112/1990, a
- (A) readaptação configura reingresso do servidor nos quadros da Administração Pública, em virtude de desaposentação.
 - (B) reversão configura reingresso do servidor nos quadros da Administração Pública, em virtude de decisão judicial que tenha anulado sua anterior demissão.
 - (C) reintegração tem lugar no caso de servidor estável previamente demitido, quando a demissão tiver sido invalidada administrativa ou judicialmente.
 - (D) recondução configura reinvestidura do servidor nos quadros da Administração Pública, em virtude de desaposentação ou de reintegração do ocupante anterior.
 - (E) readaptação tem lugar somente quando o servidor tiver experimentado limitação física que o impeça de realizar suas anteriores funções, impondo-se, na inexistência de cargo vago, a disponibilidade do servidor, com integral remuneração.
-
42. À parceria firmada entre a Administração Pública e uma organização da sociedade civil, para desempenho de atividades de interesse público, em mútua cooperação, não caracterizando delegação de serviço público, dá-se o nome de
- (A) acordo de colaboração, quando não houver previsão de transferência de recursos públicos para a organização da sociedade civil.
 - (B) termo de fomento, quando não houver previsão de transferência de recursos públicos para a organização da sociedade civil.
 - (C) termo de acordo de cooperação, quando a parceria envolver mais de um órgão ou entidade pública, independentemente da transferência de recursos públicos.
 - (D) termo de colaboração, quando a iniciativa partir da Administração Pública e houver previsão de transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil.
 - (E) termo de fomento, quando a iniciativa partir da Administração Pública e houver previsão de transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil.

**Noções de Administração Pública**

43. Uma organização dotada de uma estrutura do tipo matricial possui como característica a existência de órgãos
- (A) dotados de autonomia executiva, porém sem autonomia para apuração de resultados, esta que somente está presente na estrutura funcional.
 - (B) de existência limitada no tempo, vinculada a projetos, além dos órgãos de apoio funcional, estes últimos de natureza permanente.
 - (C) centrais, responsáveis pela execução de projetos e dotados de natureza permanente, e os de assessoramento, que possuem natureza transitória.
 - (D) alocados na estrutura sob o critério de departamentalização funcional por produtos, sem especialização de atribuições.
 - (E) sujeitos a uma administração centralizada, dotados de baixa autonomia, ao contrário da estrutura divisional na qual operam como centros de resultados.
-
44. Entre as características das organizações formais modernas, indicadas por Henri Fayol, de acordo com a abordagem da Escola Clássica, insere-se a denominada cadeia escalar, que corresponde
- (A) à linha de autoridade que parte, sem descontinuidade, do principal executivo até os níveis mais inferiores da organização.
 - (B) ao comando direto do gerente ou encarregado de determinada tarefa, exercido sobre os empregados ou executores.
 - (C) ao encadeamento de atividades no âmbito do processo produtivo, correspondendo ao fluxograma de ações e responsabilidades.
 - (D) ao organograma da organização, com descrição dos cargos e das atribuições, representando uma sequência ordenada de competências.
 - (E) à trilha de ascensão profissional estabelecida no plano de cargos da organização, que constitui o principal indutor para a realização das tarefas pelos empregados.
-
45. A avaliação do desempenho de colaboradores de uma organização com base na metodologia dos Incidentes Críticos toma por base
- (A) apenas o registro de erros ou falhas cometidas pelo avaliado no período de avaliação, razão pela qual é considerado um método deficiente.
 - (B) o resultado de testes de prontidão aplicados aos avaliados para medir a capacidade de resposta a situações críticas.
 - (C) aspectos do comportamento dos avaliados considerados extremos, tanto positivos como negativos.
 - (D) um modelo ideal de atuação para cada cargo, com características técnicas e comportamentais predefinidas, para fins de pontuação dos avaliados.
 - (E) a autoavaliação, na qual o avaliado deve considerar o *benchmark* acordado com o avaliador previamente, razão pela qual é aplicável apenas à alta administração.
-
46. Considere que determinada organização que atua gerindo seus projetos com base no método do Caminho Crítico (COM – *Critical Path Method*) pretenda abandonar a metodologia aplicada e substituí-la pelo método PERT – *Program Evaluation and Review Technique*. Essa mudança significa que passará a
- (A) atribuir maior ênfase à gestão de riscos e à prevenção de falhas, aprimorando controle de qualidade, com menor foco no tempo de execução.
 - (B) utilizar um *framework* contendo sumário executivo formado por quatro dimensões: entrega, suporte, monitoramento e avaliação.
 - (C) calcular o tempo do projeto por um modelo probabilístico, utilizando uma média ponderada da estimativa provável, pessimista e otimista do tempo das atividades.
 - (D) adotar uma data alvo como *deadline* de cada projeto estratégico, que, caso não cumprida, redunde na revisão do nível de prioridade.
 - (E) identificar todas as ações envolvidas no projeto que não poderão sofrer atraso sob pena de comprometer o prazo de duração do projeto.



47. No âmbito da gestão de processos em uma organização, podem ser utilizadas diferentes ferramentas e metodologias, entre as quais o Diagrama de Ishikawa, o qual
- (A) apresenta-se como uma matriz de quatro quadrantes, sendo dois deles ligados aos fatores internos (mão de obra e método de produção) e dois aos externos (fornecedores e clientes).
 - (B) parte dos efeitos dos problemas para a identificação das causas que os provocam, colocando-as em grau de importância na forma de uma representação gráfica semelhante a uma espinha de peixe.
 - (C) é representado em plano cartesiano, tendo como eixo horizontal as causas que mais se repetem nas falhas identificadas, e no vertical a frequência das falhas ocorridas, o que permite identificar as maiores correlações entre os dois eventos.
 - (D) adota a forma de um fluxograma com todos os *inputs* (entradas) e *outputs* (saídas) envolvidos em um processo, tendo por objetivo a aplicação de ações avaliativas e corretivas.
 - (E) sustenta que 80% do volume dos problemas de uma organização é constituído por apenas 20% de eventos causadores, em relação aos quais deve-se dirigir a atenção e ações preventivas e corretivas.
-
48. O conceito de qualidade total introduzido por W. Edwards Deming, absorvido largamente pelos japoneses na década de 1950, sustentava que
- (A) a melhoria contínua da qualidade é garantida a partir da adoção de um sistema de quotas de produção, com inspeção em massa na fase final da cadeia produtiva.
 - (B) vale a pena investir na melhoria da qualidade do produto desde que haja certeza da recuperação dos custos envolvidos com a incorporação da "mais valia" ao preço final.
 - (C) a organização deve adotar uma filosofia de "falha zero", incentivada por *slogans* e exortações de metas fundadas na eliminação de inconsistências a qualquer custo.
 - (D) melhor qualidade proporciona, no conjunto, custos mais baixos de produção, devendo o controle ser feito ao longo de todo o processo produtivo.
 - (E) a diversificação de fornecedores, com a instauração de uma competição entre os parceiros, aumenta a qualidade e diminui o custo dos insumos envolvidos na produção.
-

Noções de Orçamento Público

49. Segundo a Lei nº 4.320/1964, as dotações para
- (A) manutenção de serviços hospitalares anteriormente criados classificam-se como Despesas de Capital.
 - (B) aquisição de um edifício já em utilização classificam-se como Investimentos.
 - (C) aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial classificam-se como Investimentos.
 - (D) devolução de depósito em caução recebido como garantia fornecida pelo contratado classificam-se como Despesas Correntes.
 - (E) amortização do valor principal de Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária classificam-se como Despesas de Capital.
-
50. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a abertura de crédito adicional
- (A) especial em 11/01/2023 pode utilizar como recurso, desde que não comprometido, o superávit financeiro apurado em balanço financeiro do ano de 2022.
 - (B) suplementar em 11/01/2023 pode utilizar como recurso, desde que não comprometido, o superávit financeiro apurado em balanço financeiro do mês de dezembro de 2022.
 - (C) especial deve ser efetuada quando a dotação orçamentária para aquisição de material de consumo fixada na Lei Orçamentária Anual resultar insuficiente.
 - (D) extraordinário depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, como aqueles provenientes do resultado financeiro positivo.
 - (E) extraordinário deve ser feita por decreto do Poder Executivo, que dele dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
-
51. Na execução orçamentária de um ente público, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, é
- (A) dispensada a emissão da nota de empenho para aquelas despesas cujos montantes não possam ser determinados.
 - (B) permitido o empenho global de despesas contratuais sujeitas a parcelamento, como os compromissos decorrentes de aluguéis.
 - (C) permitido o adiantamento de valor a servidor em alcance, desde que a despesa seja precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar a despesa.
 - (D) necessária a extração de documento denominado nota de empenho que indique a origem e o objeto do que se deve pagar e o montante exato a pagar.
 - (E) permitida a abertura de crédito adicional suplementar com vigência para dois exercícios financeiros.
-



52. A receita orçamentária total prevista, a receita orçamentária total arrecadada e a receita corrente líquida de um ente público estadual no exercício financeiro de 2022 foram, respectivamente, R\$ 9.600.000,00, R\$ 9.900.000,00 e R\$ 6.400.000,00. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o limite máximo da Despesa Total com Pessoal do Poder Judiciário do referido ente, no exercício financeiro de 2022, foi, em R\$,
- (A) 384.000,00
 - (B) 576.000,00
 - (C) 594.000,00
 - (D) 3.840.000,00
 - (E) 5.940.000,00
-
53. A Lei Orçamentária Anual de um ente municipal referente ao exercício financeiro de 2023, de acordo com a Lei nº 4.320/1964,
- (A) deve estabelecer o montante da reserva de contingência com base na receita orçamentária total arrecadada no exercício financeiro de 2022.
 - (B) deve dispor sobre projetos de lei que alterem a estrutura político-administrativa do referido ente e o seu impacto orçamentário-financeiro nas contas municipais.
 - (C) pode consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal e serviços de terceiros.
 - (D) deve apresentar as despesas fixadas com juros da dívida pública e com amortização do principal dessa dívida como Despesa Corrente e Despesa de Capital, respectivamente.
 - (E) pode estabelecer normas de gestão patrimonial da administração direta, bem como normas relativas ao controle de custos dos programas financiados com recursos dessa lei.
-
54. Consideram-se despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, as despesas derivadas de lei que fixe a um ente público a obrigação legal de
- (A) distribuir materiais educacionais por um período de 12 meses e prestar serviço de apoio psicológico gratuito por um período de 36 meses.
 - (B) distribuir materiais educacionais por um período de 12 meses e construir moradias populares no prazo de 12 meses.
 - (C) prestar atendimento clínico-cirúrgico gratuito para cães por um período de 20 meses e adquirir transportes escolares no prazo de seis meses.
 - (D) distribuir cestas básicas por um período de 30 meses e prestar serviço de apoio psicológico gratuito por um período de 36 meses.
 - (E) fornecer medicamentos para duas crianças por um período de 15 meses e reparar estradas danificadas no prazo de 12 meses.
-

Gestão de Pessoas

55. A Teoria da Expectativa (ou Expectância) desenvolvida por Victor Vroom, como contribuição aos estudos do fenômeno da motivação predica que
- (A) a motivação para o trabalho é uma característica intrínseca do ser humano, que não necessita ser induzida por recompensas.
 - (B) existe uma hierarquia de necessidades a serem atendidas para gerar a motivação, sendo as ligadas à subsistência as mais relevantes.
 - (C) o homem médio não é motivado para o trabalho, sendo necessário criar um sistema de sanções para obter os resultados pretendidos.
 - (D) o ser humano é motivado apenas por expectativa de reconhecimento e pertencimento, sendo as recompensas materiais neutras do ponto de vista da motivação.
 - (E) o comportamento humano é orientado para resultados, sendo a valência a medida de atração que o resultado, ou recompensa, exerce sobre o indivíduo.
-
56. O modelo de liderança situacional baseado nos estudos de Paul Hersey e Ken Blanchard é centrado, basicamente,
- (A) na estrutura de iniciação, que corresponde à escolha da equipe de acordo com o desafio apresentado.
 - (B) na adequação do estilo de liderança à situação e ao nível de maturidade da equipe.
 - (C) na estrutura da tarefa, que demanda a adequada atribuição de atividades a cada colaborador, de acordo com seu grau de engajamento.
 - (D) nas variáveis exógenas, que não influenciam o comportamento do líder, mas devem ser consideradas no estabelecimento de metas.
 - (E) no nível de aceitação do líder pela equipe, que varia em uma relação proporcional ao grau de capacitação técnica dos liderados.
-



57. O processo decisório no âmbito das organizações comporta diferentes abordagens, incluindo a classificação dos tipos de decisões dele decorrentes. Uma dessas categorizações classifica as decisões em “programadas” e “não programadas”, sendo que
- (A) ambas decorrem do processo de identificação das alternativas aplicáveis à situação-problema, com a diferença de que as decisões programadas dizem respeito a ações já incluídas no planejamento estratégico da organização.
 - (B) as programadas são consideradas superiores, pois decorrem de um processo de avaliação individualizado para solução de uma situação-problema inédita na organização.
 - (C) as não programadas prestam-se apenas a situações contingentes ou de emergência e, portanto, possuem natureza precária e provisória.
 - (D) não há uma hierarquia entre as duas modalidades, mas sim aplicabilidade a situações diversas, sendo as programadas as adotadas com base no acervo de soluções disponíveis na organização e aplicáveis a situações não extraordinárias.
 - (E) as programadas somente podem ser aplicadas em organizações com processos de trabalho estratificado ou planejado, por isso são consideradas precursoras das decisões não programadas.
-
58. A evolução dos modelos de gestão de recursos humanos, como departamento de pessoal para gestão estratégica de pessoas, apresenta como uma das características a divisão entre responsabilidade de linha e função de *staff*,
- (A) resultantes de um processo de valorização e reconhecimento da importância da área de gestão de recursos humanos, que passou a centralizar a função de *staff* como suporte às necessidades dos colaboradores e a autoridade de linha como cadeia de comando.
 - (B) decorrentes de um movimento de descentralização do antigo departamento de RH, que passou a atuar de forma ramificada, com núcleos em cada setor da organização (função de *staff*), sem prejuízo do seu comando central (autoridade de linha).
 - (C) sendo a responsabilidade de linha aquele padrão de conduta exigido de todo colaborador de acordo com as normas da organização e a função de *staff* as regras específicas para gerentes e gestores.
 - (D) sendo a responsabilidade de linha atribuída à área de assessoramento jurídico do setor de recursos humanos, por envolver obrigações legais e normativas, enquanto a função de *staff* diz respeito à delimitação e à alocação das atribuições no âmbito da organização.
 - (E) cabendo a função de *staff* à área de recursos humanos, representando assessoria, consultoria e apoio aos gestores, enquanto a autoridade de linha pertence a esses últimos e corresponde ao gerenciamento dos recursos humanos alocados nas áreas por eles geridas.
-
59. Considere que determinada organização pretenda aplicar, com o propósito de avaliação e aprimoramento da gestão de desempenho de seus colaboradores, a metodologia denominada Pesquisa de Campo, o que significará a adoção de um método
- (A) ultrapassado, pois considera poucas dimensões do comportamento dos avaliados, dando ênfase apenas à assiduidade e à produtividade.
 - (B) superficial, pois baseia-se exclusivamente na coleta de dados constantes dos registros funcionais dos avaliados.
 - (C) completo, porém de maior custo, pois demanda entrevistas feitas por um especialista em avaliação com os gestores do avaliado, permitindo planejar seu desenvolvimento.
 - (D) indireto, pois trabalha com extrapolação de dados de uma amostra de avaliados para aferir uma média da performance do grupo todo.
 - (E) rápido, porém sujeito a erros e vícios, baseando-se em questionários e testes respondidos por meio eletrônico e avaliados com base em algoritmos.
-
60. Considere que, no âmbito da realização de diagnóstico institucional, determinada organização pretenda utilizar como ferramenta a matriz SWOT. Deverá constar da referida matriz
- (A) a identificação do cenário interno da organização, com suas forças e fraquezas, e o externo, com o mapeamento das oportunidades e as ameaças.
 - (B) a classificação das prioridades da organização, elencando as ações de curto, médio e longo prazo a serem implementadas.
 - (C) o mapeamento das competências técnicas e comportamentais necessárias para o desempenho das atividades inerentes à organização.
 - (D) a fixação de metas e indicadores de desempenho, com a adoção de métricas que permitam a avaliação do desempenho dos colaboradores.
 - (E) a relação dos principais projetos da organização, seu cronograma de execução e o caminho crítico apontando os desafios a serem vencidos.



Discursiva-Redação

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 4 (quatro) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 3 (três) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, quanto ao Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 3 (três) pontos:** A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; b) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação**, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na **Prova Discursiva-Redação, para os candidatos a cargos de nível superior**, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de **30 (trinta) linhas** e máximo de **40 (quarenta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. [...] 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 6 (seis) pontos**.

Acaso e determinação

Sabemos todos que há experiências em nossa vida que decorrem de interferências de fatores não previstos, de surpresas, de acidentes súbitos, constitutivos do que se costuma chamar de acaso. Há os que falam ainda em surpresas do destino, armadilhas da sorte etc. Seja como for, sentimo-nos de repente bastante vulneráveis em face de um acontecimento inteiramente fora das nossas expectativas. O acaso pode, de fato, desviar-nos do curso de algum roteiro que havíamos previsto para nossa vida.

Tal força do acaso pode, no entanto, ser enfrentada pelos valores essenciais que determinamos para reger nossa conduta, nossa ética, nossa moral. São princípios, portanto, que compõem uma determinação íntima nossa, uma convicção básica quanto ao que somos ou que desejamos ser. Se a força dessa determinação não pode por si mesma eliminar a força do acaso, pode nos valer para seu enfrentamento.

Com base no que se afirma, redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha com clareza sua posição pessoal diante da relação nele estabelecida entre acaso e determinação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	



12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO